

Insegurança Alimentar e Nutricional em Moçambique

By Carlota Manjate (1)

Moçambique é um dos países da África Sub-Sahariana que apresenta altos níveis de insegurança alimentar e para além disso, é dos mais vulneráveis às mudanças climáticas, devido à sua localização geográfica e um dos mais pobres do mundo, com cerca de 46% da população vivendo abaixo da linha de pobreza (MEF, 2016), com elevados níveis de insegurança alimentar (cerca de 24% dos agregados familiares) e de desnutrição crónica (cerca de 43% das crianças com menos de 5 anos de idade), mais preponderante nas zonas rurais (SETSAN, 2014).

Insegurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Moçambique

A insegurança alimentar é entendida como situação em que um indivíduo ou conjunto de uma população não tem acesso aos alimentos ou disponibilidade suficiente de alimentos com qualidade e quantidade e manifestada através da fome, desnutrição e até da obesidade por diversos factores (MALUF, 2013). Em Moçambique, a política de Segurança Alimentar ganhou maior importância, visibilidade e uma abordagem mais integrada e intersectorial, sobretudo a partir de 1998, altura em que foi elaborada pelo SETSAN (Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional) e aprovada pelo governo, através da Resolução Interna 16/98, a primeira Estratégia Nacional de Segurança e Nutricional (ESAN (2008; 2015:11).

A insegurança alimentar é o resultado de alguns factores como o crescimento acelerado da urbanização e da população, a pobreza, os desastres naturais e a falta de educação alimentar e nutricional, que interferem no acesso quantitativo e qualitativo dos alimentos (FAO 2017). Sobre o assunto foram realizados até então a nível nacional sobre medição da Insegurança alimentar e nutricional crónica (InSAN Crónica), enquanto as variações anuais medem a Insegurança Alimentar e Nutricional Aguda (InSAN Aguda). Os estudos concluíram que o país regista pessoas em insegurança alimentar aguda devido a choques climáticos (cheias, inundações e seca) que afectam a produção agrícola que é a principal fonte de alimentos e de renda em geral nas áreas rurais assim como alguns conflitos militares, como exemplo o que está a flagelar a Província de Cabo Delgado desde o ano 2017 e a crise económica alimentar. Exemplos recentes nos são mostrados através de ocorrência de múltiplos choques nos últimos 12 meses, com destaque para Depressões Tropicais, Ana e Gombe, nas zonas centro e norte dos países; Seca e irregularidade da queda das chuvas em algumas partes das zonas Sul e Centro do país; e destruição de culturas por animais bravios na província de Niassa SETSAN (2023).

Os resultados do Estudo de linha de Base sobre Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Moçambique realizado em 2006 pelo SETSAN, mostram que mais de 35% da população estava em situação de Insegurança Alimentar Crónica, dos quais 20% são altamente vulneráveis e 14% muito vulneráveis sendo o acesso aos alimentos o factor mais limitante (SETSAN, 2007:10).

Um outro estudo de base sobre SAN realizado em 2014, pelo SETSAN, concluiu que em Moçambique cerca de 24% de agregados familiares estão em situação de insegurança alimentar crónica e 3,5 % em insegurança alimentar aguda (SETSAN, 2014:10). O mesmo estudo refere que

¹ Estudante de Doutoramento em Geografia Humana pela Universidade Pedagógica de Maputo, Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente.

os baixos níveis de produtividade e de produção agrícola, o acesso limitado aos alimentos, a fraca diversificação de alimentos em muitas zonas do país, bem como os elevados níveis de pobreza são aspectos que contribuem para os actuais níveis de insegurança alimentar no país.

Dados mais recentes, referem que cerca de 5,2 milhões de moçambicanos têm um consumo insuficiente de alimentos, correspondendo a cerca de 18% da população, e 9,4 milhões 32% da população adoptaram estratégias de crise ou emergência para satisfazer as suas necessidades alimentares (ABBAS, 2023:3).

Em Moçambique o relatório da FAO de 2021 revela que a insegurança alimentar grave afectou 2, 91 milhões de pessoas colocando-os em situações de emergência (9 de MAIO de 2022).

O resultado do relatório da Insegurança Alimentar Aguda após colheita actual de (Novembro 2022 - Março 2023) revela que cerca de 16.026.000 pessoas estão no (IPC Fase 1), cerca de 12.974.000 pessoas (IPC Fase 2), cerca de 2.188.00 (IPC Fase 3) e cerca de 958.600 (IPC Fase 4) (SETSAN, 2023: 37).

Ainda de acordo com o mesmo relatório publicado em Março de 2023, após colheita refere que a segurança alimentar melhorou, mas que se mantém os níveis bastantes altos de insegurança alimentar, sobretudo em situações de choques climáticos, de conflitos políticos, fenómenos migratórios, etc. SETSAN (2023). O próprio estudo apesar de reconhecer a redução dos níveis de insegurança alimentar. Refere-se por último que, mas ainda são altos.

A insegurança alimentar crónica é mais prevalecente nas províncias de Tete e Niassa e menos prevalecente na cidade de Maputo (SETSAN, 2014).A situação descrita acima revela que Moçambique se encontra em num nível preocupante de insegurança alimentar tida como aguda com tendência a crónica. (SETSAN, 2020:12-43).

Associado ao problema de insegurança alimentar, o custo de vida constitui uma variável fundamental que leva as pessoas a ter limitação no acesso aos alimentos de quantidade e em qualidade suficientes. O Índice do Preço no Consumidor, como um indicador do aumento geral do custo de vida, incluindo o custo de alimentos, água, energia, saúde e outros bens e serviços, mostra que o custo de vida em Moçambique aumentou consideravelmente em 2020 (INE, 2021).

Os problemas de insegurança alimentar de Moçambique advêm da falta de acesso, a população não tem meios para adquirir ou produzir alimentos, e da falta de disponibilidade, muitas vezes não existem alimentos fisicamente disponíveis adequados para suprir as necessidades dos indivíduos.

Segundo FAO, (2011), a dieta moçambicana é hipocalórica, pobre em micronutrientes essenciais como lípidos e proteínas é caracterizada por elevado consumo de cereais e raízes de plantas ricas em amido. Assim, Moçambique enfrenta graves problemas de fome oculta.

Os dados da terceira avaliação mostram que os estratos mais pobres têm o acesso alimentar mais dificultado, e em termos de consumo alimentar, sofrem mais com a variação dos preços de uma maior gama de produtos. O seu consumo alimentar é mais reduzido com maior carência alimentar no orçamento familiar (MEF, 2016).

Os contínuos aumentos no custo dos produtos básicos estão a reduzir o poder de compra das famílias, principalmente para as famílias mais pobres nas zonas urbanas e periurbanas. Como resultado, muitas famílias estão reajustando os seus gastos tendo em conta os aumentos de preços Relatório Publicado em janeiro 2023).

Em Moçambique existem dois tipos de insegurança alimentar: a) InSAN Crónica, que se refere ao consumo insuficiente e persistente de alimentos, também conhecida por Fomes silenciosas e associada aos diversos factores de pobreza extrema, pode causar Kwashikor e Marasma nas crianças; b) InSAN Transitória, que se refere a falta temporária de alimentos para alcançar as quantidades diárias alimentar requeridas. Insegurança alimentar transitória e predominante nos agregados familiares rurais, pois influenciada por chuvas excessivas/inundações (nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia e Tete) e por escassez de chuva (em algumas partes de Sofala, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo), isto é choques climáticos provocados pelas mudanças climáticas (SETSAN, 2015:2).

Os agregados familiares na situação de insegurança alimentar aguda são aqueles classificados como inseguros e que tendo sofrido choques extremos não se recuperam, sendo que a incapacidade de consumirem alimentos adequados coloca as suas vias ou meio de subsistência em perigo imediato (SETSAN, 2014; FAO, 2022).

Situação actual de Insegurança Alimentar Aguda (Novembro 2022-Março 2023) refere que

Aproximadamente 2.8 milhões de pessoas estão na Fase 3 do IPC (Crise) e 400 mil pessoas na Fase 4 (Emergência). Importa referir que existem também pessoas classificadas na fase 3 ou pior, em particular nas províncias de Nampula, Niassa, Manica, Gaza e Inhambane.

No período de novembro 2022 a março 2023, existem cerca de 3.15 Milhões de pessoas enfrentando alguma forma de privações alimentares (IPC Fase-3+), das quais 398 mil enfrentam altos níveis de Insegurança Alimentar Aguda, (IPC Fases-4, Emergência).

O maior número de pessoas em situação de Insegurança Alimentar Aguda de Crise (Fase-3+de IPC), encontra se nas províncias de Cabo Delgado com cerca de 690.400 (26%), concretamente nos distritos de, Mecufi e Metuge (cerca de 50%), Gaza 163.306 (13%) e Nampula 908.159 (14%). Vide a tabela em anexo. Igualmente níveis elevados de Insegurança Alimentar foram detectados nos agregados familiares deslocados dentro do país (IDPs) em Ancuabe-Chiure (50%), Metuge e Montepuez-Moeda (40%), Chicualacuala, Chigubo, Chokwe, Guija, Mabalane, Mapai, Massangena (todos com 20%), Ilha de Moçambique, Liupo, Meconta e Mongicual (todos com cerca de 20%).

Considerações finais

A insegurança alimentar em Moçambique é o rosto dos grandes desafios que o País tem registado desde a sua independência em 1975. Para além do conflito armado dos 16 anos, seguem também, factores de ordem físico-natural, nomeadamente ventos climáticos extremos caracterizados pela seca, ciclones e cheias. Os recentes ataques armados perpetrados por insurgentes desde o ano de 2017 têm agudizado mais a insegurança alimentar, principalmente na Província nortenha de Cabo Delgado.

Os factores atuando e conjunto têm colocado a população moçambicana em permanente mobilidade e, conseqüentemente, a incapacidade para produzir alimentos e garantir a segurança alimentar. Por isso, se encontram em todo o país crianças, adultos e idosos a viverem nas cidades e nas áreas rurais em situação de insegurança alimentar crónica.

Referências bibliográficas

1. ABBAS, M. Segurança alimentar. Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade? Observador Rural, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 55, Agost. 2017.
2. ABBAS, M. A Macroeconomia e a Produção Agrícola em Moçambique. Observador Rural, Maputo: Observatório do Meio Rural (OMR), 26, Abr. 2015a.
3. ABBAS, M. (2022) Avaliação do Relatório sobre a Segurança Alimentar e Nutricional Aguda em Moçambique. 151. Maputo, 2022.
4. Carrilho, J.; Abbas, M.; Júnior, A.; Chidassicua, J. e Mosca, J. (2016). Desafios para a Segurança Alimentar e Nutrição em Moçambique. Observatório do Meio Rural. Carvalho.
5. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Publicação do Índice de Preço ao Consumidor. Maputo. INE, 2019.
6. _____. *Relatório final do Inquérito aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar. (2014/2015)*. Maputo. INE, 2015.
7. _____. *Inquérito Demográfico de Saúde. (2011)*. Maputo. INE e MISAU, 2012.
8. _____. *Inquérito sobre Orçamento Familiar - IOF (2019/2020) Relatório Final*. Maputo, 2021.
9. MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS. Pobreza e Bem-estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional de Número de funcionários do or Morgan, K. (2009). Alimentando a cidade: O desafio do planeamento alimentar urbano. *International Planning Studies*, 2016. 14 (4), 341-348.
10. Mosca, J. (2014). Produção alimentar: um problema central por resolver. *Destaque Rural* Nº 3. Observatório do Meio Rural. Maputo.
11. POSSOLO, Edna et al. (2009), “Aprofundamento para o Relatório de Avaliação do Impacto PARPA II (2006 – 2009): Área de Nutrição” Moçambique.
12. SETSAN (2006). Relatório de estudo base de segurança alimentar e nutricional em 2013. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. Maputo
13. SETSAN (2007), “Estratégia e Plano de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional 2008-2015”. Maputo: Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional
14. SETSAN (2014). Relatório de estudo base de segurança alimentar e nutricional em 2013. Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. Maputo.
15. SETSAN (2015), “Relatório da Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional”. Maputo: Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional.

16. SETSAN (2021), Relatório da Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional Aguda Pós Colheita. Maputo, 2021.

Insegurança Alimentar Aguda Actual - Novembro 2022-2023

Cabo Delgado	690.400 (26 %)
Niassa	50.847 (2%)
Nampula	908.159 (14%)
Zambézia	488.119 (8%)
Tete	273.474 (9%)
Manica	86.328 (4%)
Sofala	173.721 (7%)
Inhambane	124.465 (7%)
Gaza	163.306 (13%)
Maputo Província	105.773 (4%)
Cidade de Maputo	52.353 (5%)
Total	3.146.423 (10%)

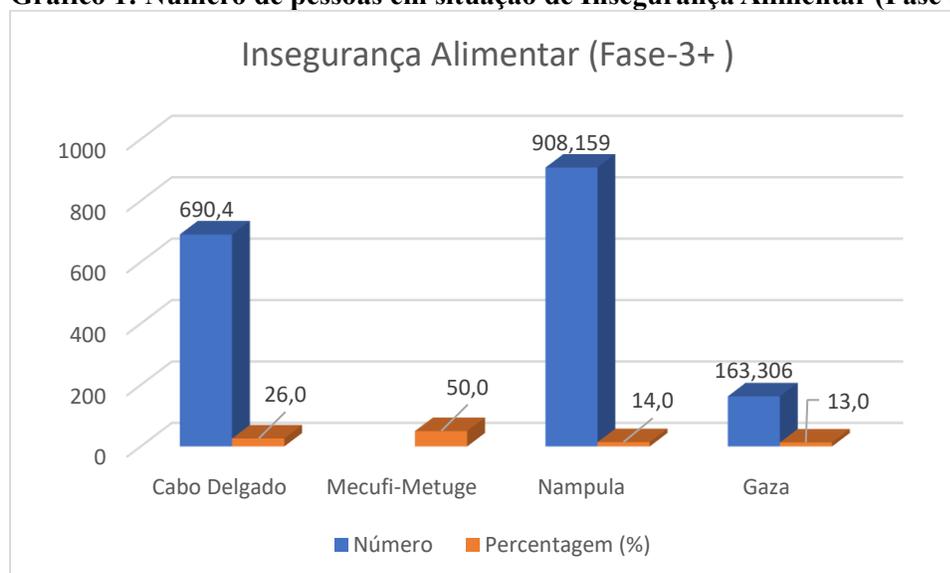
Fonte: SETSAN, 2023

Tabela 1: Número de pessoas em situação de Insegurança Alimentar (Fase-3+)

Províncias	Número	Percentagem (%)
Cabo Delgado	690.4	26.0
Mecufi-Metuge	-	50.0
Nampula	908.159	14.0
Gaza	163.306	13.0

Fonte: SETSAN, 2023

Gráfico 1: Número de pessoas em situação de Insegurança Alimentar (Fase-3+)



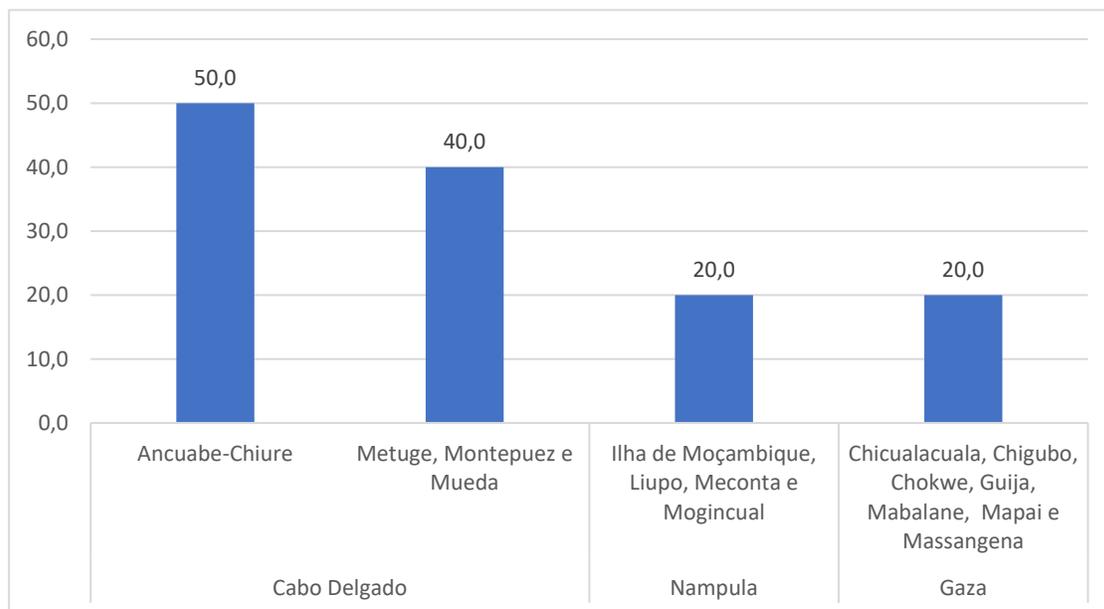
Fonte: Elaboração própria com base nos dados do SETSAN 2023.

Tabela 2. Níveis de insegurança alimentar mais elevados por Províncias de Moçambique

Províncias	Distritos	Percentagem (%)
Cabo Delgado	Ancuabe-Chiure	50.0
	Metuge, Montepuez e Mueda	40.0
Nampula	Ilha de Moçambique, Liupo, Meconta e Mogincual	20.0
Gaza	Chicualacuala, Chigubo, Chokwe, Guija, Mabalane, Mapai e Massangena	20.0

Fonte: SETSAN 2023

Gráfico 2: Níveis elevados da Insegurança Alimentar nos AF deslocados dentro do país



Fonte: SETSAN, 2023